



# BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Curitiba - PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Balço patrimonial em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

### Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi S.A. Crédito Financiamento e Investimentos ("Barigüi Financeira"), instituição financeira especializada em crédito consignado, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Cumprindo o papel de uma Instituição de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a servidores públicos estaduais e municipais e, também, beneficiários do INSS, com desconto consignado em folha de pagamento, este o seu principal produto, representando mais de 99% do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência.

O lucro do exercício da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Hipotecária e a Sec. foi de R\$ 11.936 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram 1.930 mil. Tal resultado proporcionou uma ROE de 19,56% sobre o patrimônio líquido médio.

O índice de Basileia alcançou 17,92%, que, conjugado com opção por manutenção de nível elevado, próximo ao Patrimônio Líquido, de recursos imediatamente disponíveis, refletiu a possibilidade de expansão de negócios. Afirma o antes indicado, a Barigüi Financeira e entidades ligadas acima nominadas reúnem condições de aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de recessão por que passa a economia nacional e de mitigar eventuais efeitos adversos que se apresentem a nível macroeconômico. Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários, e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 28 de Agosto de 2018.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Individual	
		30/06/2018	30/06/2017
Receitas da intermediação financeira		29.015	30.025
Operações de crédito	7.b	28.151	26.684
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	6.c	519	3.709
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(181)	(403)
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.c	526	35
Despesas da intermediação financeira		(10.071)	(14.961)
Operações de captação no mercado	11.b.1	(9.504)	(13.887)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.b	(567)	(1.074)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.944	15.064
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.486)	(7.670)
Receita de prestação de serviços		1	1
Despesas de pessoal		(1.088)	(1.419)
Honorários da administração		(343)	(1.132)
Outras despesas administrativas	18	(5.220)	(5.062)
Despesas tributárias		(973)	(725)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	4.875	249
Outras receitas operacionais		268	419
Outras despesas operacionais		(6)	(1)
Resultados não operacionais		132	(139)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.590	7.255
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.479)	(2.241)
Provisão para imposto de renda		(2.439)	(1.727)
Provisão para contribuição social		(2.001)	(1.429)
Ativo fiscal diferido		(39)	915
Participações nos lucros		(175)	(42)
Lucro líquido do semestre		11.936	4.972
Juros sobre capital próprio		(1.930)	(1.857)
Quantidade de ações		45.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,2652	0,1105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do semestre	10.006	4.972
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	74	79
Equivalência patrimonial	(4.875)	(249)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	181	403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	567	1.074
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	132
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(41)	(351)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.440	3.156
Ativo fiscal diferido	39	(915)
Custo residual de imobilizado baixado	-	5
Participação nos lucros	175	42
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(15.327)	-
Operações de crédito	(13.523)	(5.504)
Outros créditos	(1.563)	(1.057)
Outros valores e bens	1.181	343
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Depósitos interfinanceiros e a prazo	594	(3.836)
Recursos de aceites cambiais	(431)	(11.601)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	29	57
Obrigações sociais e estatutárias	1.476	(489)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(4.144)	(100)
Outras obrigações	(1.205)	(659)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.074)	(769)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(23.421)	(15.267)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Dividendos recebidos	354	993
Aquisições de investimentos	(285)	(1.247)
Aquisições de imobilizado	(101)	(6)
Adições ao intangível	-	-
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de investimentos	(32)	(260)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	2.200
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(3.020)	(2.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.020)	(745)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(26.473)	(16.272)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	36.874	72.476
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	10.401	56.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	30/06/2018	30/06/2017		Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		106.816	130.666	<b>Circulante</b>		104.716	104.492
Disponibilidades	4	894	406	Depósitos	11.a	5.200	21.652
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	9.507	55.798	Depósitos a prazo		5.200	21.652
Aplicações em depósitos interfinanceiros		9.507	55.798	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.b	86.284	74.062
Títulos e valores mobiliários	6.a	20.328	-	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		86.284	74.062
Colas de Fundo de investimento		20.328	-	Recursos de letras de crédito imobiliário		-	-
Operações de crédito	7	70.358	67.948	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	2.276	403
Setor privado		71.404	69.750	Instrumentos financeiros derivativos		2.276	403
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(1.046)	(1.802)	Outras obrigações		10.956	8.375
Outros créditos	8	4.099	3.980	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		37	66
Diversos		2.187	1.509	Sociais e estatutárias		3.006	1.915
Créditos tributários		1.912	2.471	Sociais e previdenciárias	12	4.097	2.934
Outros valores e bens	9	1.630	2.534	Diversas	13	3.816	3.460
Bens não de uso		575	575	<b>Não circulante</b>		119.836	133.473
(-) Outros valores e bens		(75)	(75)	Exigível a longo prazo		119.836	133.473
Despesas antecipadas		1.130	1.130	Depósitos	11.a	13.008	-
<b>Não circulante</b>		186.093	160.988	Depósitos a prazo		13.008	-
Realizável a longo prazo		165.122	146.188	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.b	106.517	132.434
Operações de crédito	7	163.618	143.968	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		106.517	132.434
Setor privado		164.965	145.583	Outras obrigações		311	1.039
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(1.347)	(1.615)	Diversas	13	311	428
Outros créditos	8	1.147	774	Dívida subordinada elegível a capital		-	611
Diversos		585	630	<b>Patrimônio líquido</b>	15	68.357	53.689
Créditos tributários		889	471	Capital social	15.a	45.000	45.000
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(327)	(327)	Ações ordinárias país		44.459	44.459
Outros valores e bens	9	357	1.446	Demais ações preferenciais		541	541
Bens não de uso		675	786	Reservas de capital		-	-
(-) Outros valores e bens		(675)	(786)	Reservas de lucros		23.357	8.689
Despesas antecipadas		357	1.446	Reserva legal	15.b	1.208	249
<b>Permanente</b>		20.971	14.800	Outras reservas de lucro	15.c	22.149	8.440
Investimentos		20.470	14.279	<b>Total do passivo</b>		292.909	291.654
Participação em controlada	10	20.467	14.276				
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		440	425				
Outras imobilizações de uso		1.512	1.422				
(-) Depreciação acumulada		(1.072)	(997)				
Intangível		61	96				
Licenciamento e uso de software		433	332				
(-) Amortização acumulada		(372)	(336)				
<b>Total do ativo</b>		292.909	291.654				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Estatutária/Especial	Reserva		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>		23.000	2.327	23.219	-	48.546	
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		22.000	(2.327)	(17.473)	-	2.200	
Lucro líquido		-	-	-	4.972	4.972	
<b>Destinações:</b>							
Constituição de reservas		-	249	2.694	(2.943)	-	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(1.857)	(1.857)	
Dividendos propostos		-	-	-	(172)	(172)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>		45.000	249	8.440	-	53.689	
Mutações do semestre		22.000	(2.078)	(14.779)	-	5.143	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>		45.000	611	13.305	-	58.916	
Lucro líquido		-	-	-	11.936	11.936	
<b>Destinações:</b>							
Constituição de reservas	15.b	-	597	8.844	(9.441)	-	
Juros sobre capital próprio	15.d	-	-	-	(1.930)	(1.930)	
Dividendos propostos	15.d	-	-	-	(565)	(565)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>		45.000	1.208	22.149	-	68.357	
Mutações do semestre		-	597	8.844	-	9.441	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Barigüi Financeira") tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, e um apoio essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com intervenção de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

### 2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

**a. Base de elaboração das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**b. Uso de estimativas e julgamentos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Barigüi Financeira e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.f.ii e 7.b – critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
- Nota explicativa 6.b. – determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
- Nota explicativa 9 – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros valores e bens (bens não de uso);
- Nota explicativa 14 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 19.b – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de agosto de 2018.

### 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Barigüi Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**  
As operações com derivativos, praticadas pela Barigüi Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

### f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(i) **Operações de crédito** - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata dia". As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Barigüi Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

(ii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software

Taxa - %  
20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

**k. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

**l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**m. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

**n. Recursos de aceites e emissão de títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

**o. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A partir de 2019 a alíquota retorna para 15%.

**Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Barigüi Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades		
Caixa	3	6
Depósitos bancários	891	400
Aplicações interfinanceiras (a)	9.507	55.798
Total	10.401	56.204

(a) As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa.

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Em 30 de junho de 2017 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Título</b>	<b>Taxa</b>	<b>Curto Prazo</b>
DI (pós)	100% CDI	5.006
DI (pré)	6,39% a.a.	4.501
Total		9.507

**6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos****a. Títulos e valores mobiliários**

	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste de mercado
Carteira Própria				
Cotas Fundo de Investimentos (a)	Indeterminado	20.328	20.328	-

(a) Referem-se às cotas de um fundo de investimento em renda fixa, constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e que tem por objetivo aplicar recursos que visa a superar, a médio e longo prazo, a variação da CDI, aceitando, em contrapartida, maiores oscilações de retorno no curto prazo. Os investimentos do fundo em 30 de junho de 2018, é composto em sua quase totalidade, por letras financeiras do tesouro, certificado de depósitos bancários e debêntures indexadas à CDI.

**b. Instrumentos financeiros derivativos**

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, agora conhecida como B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Posição ativa		
Pré-Fixada	01/04/2019	60.000
Posição passiva		
CDI	01/04/2019	60.000

**c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos**

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	519	3.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	526	35
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(181)	(403)
Total	864	3.341

**7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvida****a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:**

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos com garantia	280	489
Crédito pessoal	236.056	214.378
CDC	33	466
Total	236.369	215.333

**b. Provisão para créditos de liquidação duvida****b.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvida**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvida é a seguinte:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	(2.529)	(3.985)
Constituição	(567)	(1.074)
Baixa para prejuízo	703	1.642
Saldo final	(2.393)	(3.417)
Circulante	(1.046)	(1.802)
Não circulante	(1.347)	(1.615)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre findo em 30 de junho de 2018 o montante de R\$ 623 (R\$ 1.266 em junho de 2017).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 80.990 (R\$ 57.061 em junho de 2017). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

**b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas**

	30/06/2017	30/06/2017
Até 3 meses	19.264	18.816
De 3 meses a 12 meses	51.319	49.634
De 1 a 3 anos	93.032	86.871
De 3 a 5 anos	48.581	41.656
De 5 a 15 anos	23.352	17.056
Acima de 15 anos	-	-
<b>Total a vencer</b>	<b>235.548</b>	<b>214.033</b>
Vencidos	821	1.300
<b>Total</b>	<b>236.369</b>	<b>215.333</b>

**b.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvida, por rating**

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvida em 30 de junho de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

		Sector	30/06/2018	30/06/2017
Nível	Situação	Provisão		
A	Normal	0,50%	365	220.370
A	Vencido	-	3.601	3.601
B	Normal	1,00%	6.507	6.507
B	Vencido	-	1.990	1.990
C	Normal	3,00%	522	522
C	Vencido	-	1.093	1.093
D	Normal	10,00%	156	156
D	Vencido	-	450	450
E	Normal	30,00%	547	547
E	Vencido	-	49	49
F	Normal	50,00%	216	216
F	Vencido	-	11	11
G	Normal	70,00%	208	208
G	Vencido	-	5	5
H	Normal	100,00%	615	616
H	Vencido	-	1	1
<b>Total</b>			<b>365</b>	<b>236.003</b>
Circulante			174.04	(2.393)
Não Circulante			164.965	(1.347)

**8 Outros créditos**

O saldo da conta está composto pelos seguintes valores:

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais	101	92
Adiantamentos para terceiros	581	936
Créditos tributários (nota 19)	1.912	2.471
Impostos a recuperar	-	277
Títulos e créditos a receber (a)	158	176
Devedores p/ compra de valores e bens	-	5
Devedores diversos (b)	155	3
Ouros (c)	1.192	20
Total	4.099	3.980

**Não circulante**

Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Créditos tributários (nota 19)	889	471
Provisão para outros créditos	(327)	(327)
Devedores por depósitos em garantia	258	303
Total	1.147	774

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, para a posição individual, representam basicamente: (i) R\$ 236 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 254 em junho de 2017); (ii) R\$ 249 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 249 em junho de 2017), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados por valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 155 (R\$ 3 em junho de 2017).

(c) Os valores inscritos em "outros", são compostos basicamente por: (i) R\$ 893 referem-se a valores entre partes relacionadas (R\$ 7 em junho de 2017); (ii) R\$ 292 referente a dividendos a receber (R\$ 13 em junho de 2017) e (iii) R\$ 5 referem-se a demais valores pulverizados (não há valores comparativos para junho de 2017).

**9 Outros valores e bens**

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas		
- Comissões	1.091	1.895
- Outros	39	139
Bens não de uso - Imóveis	575	575
(-) Prov. p/ desvalorização de bens	(75)	(75)
Total	1.630	2.534

**Não circulante**

Despesas antecipadas:		
- Comissões	357	1.446
Bens não de uso - Imóveis	675	786
(-) Prov. p/ desvalorização de bens	(675)	(786)
Total	357	1.446

(a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

**10 Investimentos**

	Controladas	Semestres findos em:
	Barigüi Gestão de Recursos Ltda. (a)	Barigüi Securitizadora S.A. (b)
	Barigüi Companhia Hipotecária (c)	
		30/06/2018
		30/06/2017
		Total

Informações sobre a controlada:  
Número de ações de capital  
Patrimônio líquido:  
Capital social  
Adiantamento para FAC  
Reserva legal  
Reserva especial de lucros  
(-) Prejuízos acumulados

Informações sobre a controlada:  
Número de ações possuídas  
Porcentagem de participação (%)  
Movimentação no período:  
Saldo início do período  
Aquisição de participação  
Adiantamento para FAC  
Dividendos  
Equivalência patrimonial  
Saldo final do período

(a) Empresa adquirida em 26 de novembro de 2016, e atualmente a Barigüi Financeira possui 54,57% de participação societária junto à Barigüi Gestão de Recursos Ltda. (Barigüi Gestão). A Barigüi Gestão, tem como objeto social a administração da carteira de títulos e valores mobiliários, e iniciou suas atividades durante o semestre findo em 30 de junho de 2018.

(b) Em 2017, a Barigüi Financeira, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Barigüi Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Um milhão, trezentos e trinta e sete reais). A Barigüi Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

(c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Companhia Hipotecária, na qual a Barigüi Financeira detém participação de 94% do capital.

**11 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos**

	30/06/2018	30/06/2017		
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo
Depósitos a prazo	5.200	13.008	18.208	21.652

**b. Recursos de aceites e emissões de títulos**

	30/06/2018	30/06/2017
Letra de câmbio	192.801	206.496
Circulante	86.284	74.062
Não Circulante	106.517	132.434

**b.1 Reconciliação das despesas de captação com o resultado:**

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas depósitos interfinanceiros	(137)	-
Despesas depósitos a prazo	(595)	(1.386)
Despesas aceites cambiais	(8.489)	(12.078)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(16)	(41)
Contribuição ao FGC	(156)	(268)
Desajuste na colocação de Títulos	(111)	(114)
Total	(9.504)	(13.887)

**12 Obrigações fiscais e previdenciárias**

	30/06/2018	30/06/2017
Imposto de renda	1.729	1.201
Contribuição social	1.547	1.085
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	12	10
Impostos e contribuições s/ salários	238	227
Impostos diferidos	190	100
Outros	381	311
TOTAL	4.097	2.934

**13 Outras obrigações - Diversas**

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Circulante</b>		
Provisões com despesas de pessoal	482	389
Outras provisões	845	941
Credores diversos - país (a)	2.489	2.130
Total	3.816	3.460
<b>Não circulante</b>		
Provisão para contingência (nota 14)	311	428
Total	311	428

(a) Referem-se a: Parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente.

**14 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias****a. Ativos contingentes**

No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram reconhecidos na Barigüi Financeira ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

**b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista****b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais**

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Barigüi Financeira efetua provisão de 100% dos saldos

**19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)****a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Impostos correntes</b>		
Provisão para imposto de renda	(2.383)	(1.671)
Provisão para contribuição social	(1.967)	(1.384)
<b>Total</b>	<b>(4.350)</b>	<b>(3.055)</b>
Ativo fiscal diferido	(39)	915
Provisão para imposto de renda e contribuições diferidas	(90)	(101)
<b>Total imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.479)</b>	<b>(2.241)</b>

**b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	16.590	7.255
Juros sobre Capital Próprio	(1.930)	(1.857)
Participação dos Empregados	(175)	(42)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	14.485	5.356
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(6.518)	(2.410)
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>		
Adições Temporárias	(2.182)	(3.043)
Adições Permanentes	(14)	-
<b>Exclusões</b>		
Equivalência	2.194	112
Adições período anterior	1.796	2.027
Deduções por incentivos fiscais/outras	63	-
Outros	221	158
<b>Impostos de Renda e Contribuições Social</b>	<b>(4.440)</b>	<b>(3.156)</b>

**c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 30/06/2017	Saldo Inicial 31/12/2017	Consti- tuição	Utilização / Reversão	Saldo Final 30/06/2018
<b>Imposto de renda</b>					
PCLD	1.067	1.059	2	(24)	1.037
Provisão para contingências	17	48	35	(57)	26
Provisão MTM	544	42	153	(107)	88
Outras provisões	5	428	150	(105)	473
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	<b>1.633</b>	<b>1.577</b>	<b>340</b>	<b>(283)</b>	<b>1.624</b>
<b>Contribuição social</b>					
PCLD	854	848	2	(19)	831
Provisão para contingências	14	39	28	(45)	22
Provisão MTM	436	34	122	(86)	70
Outras provisões	5	343	80	(169)	254
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	<b>1.309</b>	<b>1.264</b>	<b>232</b>	<b>(319)</b>	<b>1.177</b>
<b>Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ</b>	<b>2.942</b>	<b>2.841</b>	<b>572</b>	<b>(612)</b>	<b>2.801</b>

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tribu-

rios registrados em 30 de junho de 2018 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	TOTAL
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	1.267	358	-	1.626
Valor Presente	1.191	317	-	1.508
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	801	375	-	1.175
Valor Presente	752	331	-	1.084

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 6,40% (Selic). A Barigüi Financeira não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017.

**20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2018 atingiu 17,92, representativo do consolidado, atendendo preceitos regulamentares.

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de referência	69.369	53.843
Índice de Basileia BACEN	17,92	17,50

**21 Estrutura de gerenciamento de riscos**

A Barigüi Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Barigüi Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Barigüi Financeira podem ser considerados como:

**a. Risco de crédito**

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Barigüi Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

**b. Risco operacional**

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Barigüi Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

**c. Risco de mercado**

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Barigüi Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Barigüi Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

**d. Risco de liquidez**

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Barigüi Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

**e. Risco de gerenciamento de capital**

Avaliação permanente da necessidade de capital da Barigüi Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao índice de Basileia.

A Barigüi Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Barigüi Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: [www.bariguicreditointeligente.com.br](http://www.bariguicreditointeligente.com.br) > institucional > gerenciamento de riscos.

Curitiba (PR), 28 de agosto de 2018

**DIRETORIA**

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO  
Diretor Presidente

IVALDO LEANDRO PERUSSOLO  
Diretor Superintendente

MARIA TERESA FORNEA  
Diretora Executiva

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

IVO LUIZ ROVEDA  
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR  
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN  
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO  
Conselheiro

RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO  
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA  
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT  
Contadora CRC PR 063966/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Conselho de Administração e Diretores da Barigüi S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos Curitiba - PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigüi S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigüi S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC 1SP-259915/O-0



# BLOG COMER E CURTIR

## Bons pratos e lugares legais para comer em Curitiba